

CURRICULUM VITAE



I - Dados pessoais

Luís Miguel Simões Lucas Pires

Data de nascimento: 2 de novembro de 1975

Telefone: +351 962813851

E-mail: mlucaspirez@ua.pt

II - Áreas preferenciais de actividade

Direito civil (garantias das obrigações)

Direito civil (contratos)

Direito civil (insolvência)

Direito do trabalho

Contratação pública

Emprego público

Direito do desporto

III - Habilitações literárias

Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída a 24 de Setembro de 1998, com a classificação final de Bom com Distinção

Pós-graduação em Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída em 2000, com a média final de 16 valores

Parte escolar do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com a classificação de *Muito Bom* na disciplina de Direito Civil I e de *Bom com Distinção* nas disciplinas de Direito Civil II e de Direito do Trabalho, concluída em 2002

Mestrado em Ciências Jurídico-Civilísticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (pré-Bolonha), com a classificação de Bom com Distinção (17 valores), tendo apresentado a dissertação intitulada “*Dos privilégios creditórios – regime jurídico e sua influência no concurso de credores*”, concluído em 2003

Doutoramento em Ciências Jurídico-Civilísticas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com uma dissertação intitulada “*Penhor ou penhores? O regime jurídico tradicional e a multiplicação de regimes especiais – implicações para a unidade conceptual e natureza jurídica do instituto*”, concluído no dia 20 de Dezembro de 2013, com a classificação de Aprovado por unanimidade, com distinção

IV – Actividade universitária

1. Docência:

a) Monitor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre os anos lectivos de 1998/99 e 2002/2003, adstrito às disciplinas de Direito das Obrigações e de Direito do Trabalho

b) Assistente estagiário do Instituto Superior Bissaya Barreto, em Coimbra, entre os anos lectivos 1999/2000 e 2002/2003, com a regência das disciplinas de

Organização e Procedimento Administrativo

Introdução ao Direito

Noções Fundamentais de Direito

Direito do Trabalho e

Direito Comercial

c) Assistente Convidado da Universidade de Aveiro, nos anos lectivos 2002/2003 e 2003/2004, com a regência das seguintes disciplinas:

Direito Administrativo

Organização Administrativa

Organização Judiciária

Introdução ao Direito

Direito Público

Direito do Trabalho na Administração Pública

Direito Constitucional, todas da licenciatura em Administração Pública;

Direito do Trabalho, da Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial da Universidade de Aveiro

Regime Jurídico da Contratação Pública, no Curso de Gestão Pública e Autárquica da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (integrada na Universidade de Aveiro)

Compras Públicas e Contratação, do Mestrado em Administração e Gestão Pública da Universidade de Aveiro

Fundamentos em ciência para a tradução especializada II, do Mestrado em Tradução da Universidade de Aveiro

d) Assistente da Universidade de Aveiro desde 2004/2005 até 2013, leccionando as disciplinas anteriormente referidas, bem como:

Direito e Gestão Pública, em colaboração com outros docentes, do Mestrado em Gestão Pública

Compras Públicas e Contratação, do Mestrado em Gestão e Administração Pública

Fundamentos jurídicos para tradução, do Mestrado em Tradução

e) Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro, desde 2013 até ao presente, leccionando as disciplinas anteriormente referidas

f) Docente da disciplina de Direito das Garantias, do Curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, pólo do Porto, no ano lectivo 2004/2005

g) Docente do Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho, organizado pelo Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, responsável pelo módulo “Os privilégios creditórios dos créditos laborais” no (entre os anos lectivos 2004/2005 e 2008/2009), do módulo de “Garantias dos créditos laborais” (entre os anos lectivos 2009/2010 e 2013/2014) e “Direito do Emprego Público” (desde 2014/2015)

h) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde a II Edição (2009), responsável pelos módulos “Fontes normativas da relação de emprego público, em especial a convenção colectiva” (II Edição) e “A extinção da relação laboral de emprego público” (III Edição)

i) Docente do Curso de Pós-graduação em Contratação Pública, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, responsável pelo módulo “Concurso Público e Concurso Limitado por Prévia Qualificação”, na IV Edição (2011)

j) Docente do Curso de Especialização em Direito do Emprego Público, organizado pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos dias 18 e 25 de Outubro de 2104, com intervenções sobre “As causas de extinção dos vínculos de emprego público: em especial a requalificação”

l) Docente do Curso de Pós-graduação sobre A nova lei geral do trabalho em funções públicas, organizado pela Universidade Católica do Porto, nos dias 21 e 22 de Novembro de 2014, responsável pelos módulos “O regime da modificação da relação jurídica de emprego público” e a “As causas de extinção da relação jurídica de emprego público”

m) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito, Finanças e Justiça do Desporto, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos anos letivos 2016-2017 e 2017-2018, encarregue do módulo “Os seguros dos agentes desportivos”

n) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (IV Edição), responsável pelos módulos “Extinção da relação de emprego público:

modalidades e efeitos” e “Regime da valorização profissional e reorganização de órgãos e serviços. Procedimento de regularização de relações de emprego público”

o) Docente e co-coordenador do Curso de Direito do Trabalho em Funções Públicas, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, entre os dias 8 e 12 de abril de 2019, responsável pelo módulo “O âmbito de aplicação e as modalidades do regime do emprego público”.

p) Docente do I Curso Avançado em Seguros de Acidentes de Trabalho, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, entre 14 e 18 de outubro de 2019

q) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (V Edição), responsável pelos módulos “Os vínculos de emprego público”, “Extinção da relação de emprego público: modalidades e efeitos” e “Regime da valorização profissional e reorganização de órgãos e serviços. Procedimento de regularização de relações de emprego público” (2020)

r) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (VI Edição), responsável pelos módulos “Os vínculos de emprego público”, “Extinção da relação de emprego público: modalidades e efeitos” e “Regime da valorização profissional e reorganização de órgãos e serviços. Procedimento de regularização de relações de emprego público” (2021)

s) Docente do Curso Breve de Emprego Público Local, promovido pela Associação de Estudos de Direito Regional e Local, encarregue do módulo de “Regularização extraordinária de vínculos nas autarquias” (2021)

r) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (VII Edição), responsável pelos módulos “Os vínculos de emprego público”, “Extinção da relação de emprego público: modalidades e efeitos” e “Regime da valorização profissional e reorganização de órgãos e serviços. Procedimento de regularização de relações de emprego público” (2022)

s) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, responsável pelos módulos “Os vínculos de emprego público” e “Âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas” (2022)

t) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pelo Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (VII Edição), responsável pelos módulos “Os vínculos de emprego público”, “Extinção da relação de emprego público: modalidades e efeitos” e “Regime da valorização profissional e reorganização de órgãos e serviços. Procedimento de regularização de relações de emprego público” (fevereiro de 2023)

u) Docente do Curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizada pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, responsável pelos módulos “Os vínculos de emprego público” e “Âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas” (outubro de 2023)

v) Docente do curso de especialização em Direito Municipal, organizado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), encarregue do módulo "*O Direito do Trabalho nos Municípios*" (outubro de 2023)

x) Docente do Curso de Preparação para Admissão ao CEJ – Ingresso nos Tribunais Administrativos e Fiscais, organizado pela Universidade

Portugalense, encarregue do módulo de Estatuto Disciplinar das relações de trabalho em funções públicas (novembro de 2023)

y) Curso de pós-graduação em Direito Municipal, organizado pelo Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), encarregue do módulo “*O Direito do Trabalho nos municípios*” (novembro de 2023)

2. Organização de colóquios e seminários

1. Ciclo de conferências sobre contratação pública, organizado em parceria entre a Universidade de Aveiro e o Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, em Abril e Maio de 2012

2. Conferência sobre Centrais de Compras e Contratação, no âmbito do Mestrado em Administração e Gestão Pública, realizada no dia 18 de Maio de 2012.

3. Apresentação do livro “Os regimes de vinculação e a extinção das relações jurídicas dos trabalhadores da Administração Pública”, no dia 9 de Abril de 2013

4. Seminário sobre “A nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, organizado pela Universidade de Aveiro, em 18 de Setembro de 2014 (coordenador científico)

3. Orientação, arguição e presidência de júri de dissertações:

a) Orientador de Doutoramento em Políticas Públicas, na Universidade de Aveiro, do aluno Nuno Filipe Marques Pereira

b) Orientador de Doutoramento em Políticas Públicas, na Universidade de Aveiro, do aluno Paulo José Lage

c) Co-orientador de Doutoramento em Políticas Públicas, na Universidade de Aveiro, do aluno José Kalunsiewo Nkosi

d) Co-orientador de Doutoramento em Ciências, Tecnologia e Gestão do Mar, na Universidade de Aveiro, do aluno Marco António Gameiro Antunes

e) Membro do júri e arguente das provas de doutoramento em Direito de Artur Micael Flamínio da Silva, no dia 27 de Janeiro de 2017, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

f) Membro do júri das provas de doutoramento em Direito de Eva Cristina da Silva Gonçalves Macedo, no dia 24 de novembro de 2020, na Escola de Direito da Universidade do Minho

g) Membro do júri das provas de doutoramento em Direito de Ricardo Russel Cavalcanti Brandão, no dia 2 de maio de 2022, na Escola de Direito da Universidade do Minho

h) Membro do júri das provas de doutoramento em Direito de Danielly Cristina Araújo Gontijo, no dia 3 de maio de 2022, na Faculdade de Direito da Universidade do Porto

i) Orientador de mestrado

- do aluno Bruno Machado, autor de uma tese intitulada “*A contratação pública enquanto motor de desenvolvimento regional*”, defendida no dia 16 de Dezembro de 2014, na Universidade de Aveiro;

- da aluna Marta Filipa da Silva Moreira Lopes, autora de uma tese intitulada “*A transparência na gestão dos dinheiros públicos e a garantia de qualidade na contratação pública*” (defendida no ano letivo 2017/2018)

- da aluna Sara Alexandra Ferreira da Costa, autora de uma tese intitulada “*Contrato a termo e extinção do vínculo de trabalho no regime público e privado de emprego*” (defendida no dia 21/11/2019)

- do aluno Ricardo Jorge dos Anjos Ribeiro, autor da tese intitulada “O Código dos Contratos Públicos como referencial para a regulação do mercado” (defendida no dia 2/7/2020)

- do aluno André Senos Matias, autor da tese “Relatório de estágio no Instituto do Emprego e Formação Profissional” (defendida no dia 20/7/2020);

- da aluna Paula de Frias Werneck Genofre, autora da tese “A figura do gestor do contrato: um estudo comparativo entre Portugal e Brasil” (defendida no dia 10/12/2020)

- da aluna Joana Mendes Dias da Silva Ferreira, autora da tese “A Gestão de Procedimentos na Contratação Pública no Município de Albergaria-a-Velha” (defendida em 28 de setembro de 2021)

j) Co-orientador e membro do júri de diversas teses de mestrado apresentadas no âmbito do Mestrado em Gestão Pública da Universidade de Aveiro, nomeadamente:

- “As Empresas Públicas como solução? Contributos para a Análise das Realidades Subjacentes”, da autoria de Leonel Silva de Sousa (Pré-Bolonha, já defendida)

- “A Globalização e a Justiça Internacional”, da autoria de Sara Ana Candeias Galvão Nunes de Almeida (Pré-Bolonha, já defendida)

- “O Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública”, da autoria de Ana Mafalda Guerra Vieira (Pré-Bolonha, já defendida)

- “A Introdução do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública”, da autoria de Maria João Russo Canelas Francisco (Pré-Bolonha, já defendida)

- “Contratos Públicos na Praxis Administrativa”, da autoria de Sandra Marisa Araújo Pereira (Pré-Bolonha), defendida em 24 de Setembro de 2009)

- “O contrato de trabalho em funções públicas”, da autoria de Magda Magalhães (defendida em 11 de Março de 2011)

- “Os procedimentos de execução fiscal em Portugal e em Moçambique”, da autoria de Avelaria Amos (defendida em 23 de Julho de 2013)

- “O sistema de gestão da água”, da autoria de Alexandra Roeger (defendida no dia 16 de Julho de 2014)

- “A perceção do bem estar na administração pública num serviço social”, da autoria de Carla Marina Gama Rito (defendida no dia 20 de dezembro de 2018)

- “A contratação pública no centro de emprego e formação profissional de Aveiro”, da autoria de Salomé Moura Martins (defendida no dia 23 de julho de 2019)

- “A Governação Local em Portugal: o estudo de caso das obras públicas”, da autoria de Duarte Jorge Marques Godinho (defendida no dia 20 de dezembro de 2022)

k) Arguente das seguintes dissertações de mestrado em Administração e Gestão Pública, na Universidade de Aveiro

- “Reestruturação interna e organização dos serviços municipais”, da autoria de João Pedro Gonçalves de Freitas (defendida no dia 15 de Julho de 2014)

- “Relatório de estágio no Gabinete ABC – Tradução jurídica”, da autoria de Ana Cláudia Sousa Monteiro (defendida no dia 23 de Julho de 2014)

- “Relatório de Estágio no Serviço de Finanças de Aveiro”, da autoria de Joana Maria Caldas Esteves (defendida no dia 16 de Dezembro de 2014)

- “Análise, estudo comparativo e tradução de fraseologias de contratos”, da autoria de Sara Isabel Leal Duarte (defendida no dia 16 de Dezembro de 2014)

- “A comissão de recursos do subsídio de desemprego”, da autoria de Domingos Alberto Valente de Carvalho (defendida no dia 10 de Dezembro de 2015)

l) Presidente do Júri das seguintes Provas de Mestrado realizadas na Universidade de Aveiro

- “Os recursos humanos no município de São João da Madeira”, da autoria de Vânia Filipa Pinto Rodrigues (defendida no dia 15 de Julho de 2014)

- “Relatório de estágio na Funfrap – Fundação Portuguesa, S.A.”, da autoria de João Filipe Martins Francisco (defendida no dia 16 de Dezembro de 2014)

- “Relatório de estágio da Renault Cacia”, da autoria de Pedro Manuel Pinto Caetano (defendida no dia 16 de Dezembro de 2014)

- “Da utilização de leilões eletrónicos reversos em processos aquisitivos da administração pública”, da autoria de Óscar Daniel Gomes Cabral (defendida no dia 18 de Dezembro de 2015)

- “Implementação de práticas de gestão Lean nos Municípios Portugueses: o caso da Câmara Municipal de Águeda”, da autoria de Sara Gabriela Vieira Santos (defendida no dia 18 de Dezembro de 2015)

- Relatório de estágio “Nível de satisfação relativamente aos serviços de saúde – o caso do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho”, da autoria de Rita Bárbara Mendes Lima (defendida no dia 12 de Dezembro de 2016)

- “Competitividade e marketing territorial na visão dos stakeholders da cidade de Aveiro”, da autoria de Djan Hennemann (defendida no dia 23 de julho de 2019)

- “Relatório de Estágio: o impacto da rede Europe Direct em Portugal”, da autoria de Fábio Daniel Alves Rodrigues (defendida no dia 18 de dezembro de 2023)

m) Arguente das provas de mestrado de Ana Beatriz da Silva Maciel e Medeiros Andrade, com uma dissertação intitulada “Crise dos refugiados: a transversalidade temporal do asilo e a sua premente necessidade da sua uniformização”, apresentada na Universidade dos Açores, no dia 20 de Junho de 2017

n) Arguente das provas de mestrado de Paulo Jorge da Silva Carvalho, com uma dissertação intitulada “Em defesa da Autonomia da Jurisdição Administrativa (e fiscal): alguns argumentos”, apresentada na Universidade do Minho, no dia 10 de janeiro de 2020

o) Arguente das provas de mestrado de Anabela Gonçalves Meireles, com uma dissertação intitulada “Responsabilidade Civil Extracontratual dos Municípios por Culpa in Vigilando: em particular a Omissão de Deveres nos Domínios da Rodovia Municipal”, apresentada na Universidade do Minho, no dia 29 de junho de 2020

p) Arguente do relatório de projeto com o título “Guia Prático de Contratação Pública: Bens Móveis e Serviços”, submetido pelo estudante Dário Emanuel Cardoso Tomé, apresentado no Instituto Politécnico de Leira, apresentado no dia 16 de junho de 2023

4. Investigação

4.1 Membro do Painel de Avaliação de candidaturas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no âmbito do concurso, para o biénio 2016-2017, destinado ao intercâmbio de investigadores no âmbito de projectos comuns de investigação (<http://www.fct.pt/apoios/cooptrans/>)

4.2 Membro do Painel de avaliação de candidaturas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no âmbito do concurso, para o biénio 2017-2018, para projetos de cooperação nilateral (<http://www.fct.pt/apoios/cooptrans/>)

4.3 Membro do Painel de avaliação de candidaturas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) no âmbito do concurso, para o biénio 2022-2023, para projetos de cooperação bilateral (<http://www.fct.pt/apoios/cooptrans/>)

5. Outras tarefas universitárias

a) Membro da direcção da Licenciatura em Administração Pública da Universidade de Aveiro, entre os anos lectivos 2003/2004 a 2006/2007 e 2012/2013

b) Vice-Director da Licenciatura em Administração Pública da Universidade de Aveiro, nos anos lectivos 2013/2014 e 2104/2015

c) Membro eleito, como representante dos docentes não doutorados, da Assembleia da Universidade de Aveiro entre 2006 e 2008

d) Membro do júri dos exames de admissão para maiores de 23 anos no Curso de Administração Pública da Universidade de Aveiro no ano lectivo 2006/2007

e) Membro do Grupo de Trabalho encarregue do acompanhamento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), no âmbito da avaliação da Licenciatura em Administração Pública e do Mestrado em Administração e Gestão Pública, no ano de 2013

f) Presidente do Júri dos exames de admissão dos alunos maiores de 23 anos na Licenciatura em Administração Pública, nos anos letivos 2014/2015 a 2020/2021

g) Director da Licenciatura em Administração Pública da Universidade de Aveiro, desde o ano lectivo 2014/2015

h) Membro da Comissão Executiva do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, entre Agosto de 2015 e novembro de 2019

i) Membro do Júri do concurso especial para acesso e ingresso de estudantes internacionais no ciclo de estudos da Licenciatura em Administração Pública da Universidade de Aveiro, nos anos letivos 2014/2015 a 2020/2021

j) Presidente e Redator da Comissão de Avaliação do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), no ano lectivo 2014/2015

l) Membro suplente da Direcção da Comissão de Trabalhadores da Universidade de Aveiro (entre novembro de 2015 e novembro de 2019)

n) Responsável pela elaboração do relatório de avaliação enviado à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), no âmbito da avaliação da Licenciatura em Administração Pública, da Universidade de Aveiro, no ano letivo 2018/2019

o) Presidente do júri do processo de reconhecimento de nível grau de licenciatura (em Administração Pública), da candidata Francielli Dalprá Cardoso (setembro 2020)

p) Presidente do júri do processo de reconhecimento de nível grau de licenciatura (em Administração Pública), da candidata Maria Eriene Gomes (outubro de 2023)

V – Formação e participação em conferências

1. Formações:

1. Colaborador em diversas acções de formação ministradas pela entidade responsável pela formação na Universidade de Aveiro (UNAVE), designadamente:

a) Formador no módulo de Coordenação de segurança e saúde em fase de projecto e em fase de construção, integrado no Curso de Segurança no Trabalho no Sector da Construção – Coordenação de Segurança (nas edições de 2005, 2006 e 2007)

b) Formador no módulo Legislação, regulamentos e normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, integrado no Curso de Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho (nas edições de 2004 e 2005)

c) Formador da acção de formação para funcionários da Universidade de Aveiro sobre o Código do Trabalho, realizada em 2007

d) Formador da acção de formação para funcionários da Universidade de Aveiro, sobre Os novos regimes de emprego público, realizada em Março de 2009

2. Formador do Instituto Nacional de Administração (INA), responsável pelos seguintes cursos/acções de formação:

a) Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), encarregue dos módulos de Introdução à Administração Pública (2005-2012) até ao presente, e de Direito Administrativo (2007-2012)

b) Curso de Preparação para admissão ao Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), responsável pelo módulo de Introdução à Administração Pública, entre 2005 e 2008

c) Curso de Preparação para admissão ao Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), responsável pelos módulos de Organização do Estado e da Administração Pública, desde 2006 e de Regime Legal de Gestão dos Recursos Humanos e de Regime Legal de Contratação Pública, (2009-2012)

d) Orientação de diversos Projectos Aplicados realizados pelos alunos no final de cada edição do CEAGP (desde 2005)

e) Diversas participações em cursos de Formação para dirigentes da Administração Pública, nomeadamente no Curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP), desde 2006

f) Curso de formação sobre contratação pública, realizado no Porto, entre os dias 24 e 26 de Janeiro de 2011

3. Colaboração em diversas formações organizadas pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica, actualmente designado por Fundação CEFA designadamente:

a) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Norte), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Emprego Público, em Abril 2009

b) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Algarve), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Abril de 2009

c) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Lisboa), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e de Princípios Gerais de Direito Administrativo, em Setembro de 2009

d) Curso de Alta Direcção da Administração Local (CADAL), encarregue dos módulos de Contratação Pública e de Princípios Gerais de Direito Administrativo, em Setembro de 2009

e) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Coimbra), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Organização Administrativa e Emprego Público, em Janeiro e Fevereiro de 2010

f) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Coimbra), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Janeiro e Fevereiro de 2010

g) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Lisboa), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Julho de 2010

h) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Novembro de 2010

i) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Emprego Público, em Novembro de 2010

j) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Fevereiro de 2011

l) Curso de Formação para Comandante Operacional Municipal (1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Edições), encarregue do módulo de Contratação Pública, em Março, Abril, Maio e Dezembro de 2011

m) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pelo CEFA, encarregue do módulo de Contratação Pública, em Abril de 2011

n) Curso de Gestão Pública na Administração Local (Edição Coimbra), organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Outubro de 2011

o) Curso de Gestão Pública na Administração Local, organizado pelo CEFA, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Novembro de 2012

p) Curso Especialização em Contratação Pública (Edição Alentejo), encarregue dos módulos Tipos de Procedimentos e Tipos de Contratos, em Janeiro de 2013

q) Curso Especialização em Contratação Pública (Edição Centro), encarregue dos módulos Tipos de Procedimentos e Tipos de Contratos, em Janeiro de 2013

r) Curso Especialização em Contratação Pública (Edição Norte), encarregue dos módulos Tipos de Procedimentos e Tipos de Contratos, em Fevereiro de 2013

s) Curso de Gestão Pública na Administração Local, organizado pelo CEFA, em Coimbra, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Janeiro de 2013

t) Curso de Gestão Pública na Administração Local, organizado pelo CEFA, em Rio Maior, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Março de 2013

u) Curso de Gestão Pública na Administração Local, organizado pelo CEFA, em Espinho, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Abril de 2013

v) Curso de Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local, organizado pelo CEFA, em Coimbra, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Junho de 2013

x) Curso de Gestão Pública na Administração Local, organizado pelo CEFA, em Faro, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Julho de 2013

z) Curso de Gestão Pública na Administração Local, organizado pelo CEFA, em Coimbra, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Março de 2014

aa) Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local, organizado pelo CEFA, na Guarda, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em Maio de 2014

4. Colaboração em diversas formações organizadas pela Universidade de Coimbra, nomeadamente:

a) 2 cursos de sobre o novo Código dos Contratos Públicos, realizados em Novembro de 2008

b) 1 curso sobre o novo Contrato de Trabalho em Funções Públicas, realizado em Dezembro de 2008

c) 1 curso sobre O novo regime de emprego público, realizada em Outubro de 2009

d) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Dezembro de 2009

e) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Janeiro de 2010

f) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Junho de 2010

g) 1 curso sobre Emprego público, realizado em Junho de 2010

h) 1 curso sobre Emprego público realizado em Novembro de 2010

i) 1 curso sobre Emprego público, realizado em Abril de 2011

j) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Outubro de 2011

5 Colaboração em diversas formações organizadas pelo Instituto Politécnico de Coimbra, designadamente:

a) 2 cursos sobre o novo Código dos Contratos Públicos, realizados em Novembro de 2008

b) 1 curso sobre o novo Contrato de Trabalho em Funções Públicas, realizado em Dezembro de 2008

c) 1 curso sobre O novo regime de emprego público, realizado em Setembro de 2009

d) 1 acção de formação sobre Contratação pública, realizada em Outubro de 2009

6. Formador de 1 acção de formação sobre O novo regime de emprego público, organizada pela Fundação Bissaya Barreto, em Viseu, em Maio de 2009

7. Formador de 1 acção de formação sobre Contratação pública, organizada pelo Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP), no Porto, em Novembro de 2009

8. Formador de 1 acção de formação sobre O novo regime de emprego público, organizada pela Direcção-Geral de Reinserção Social, em Coimbra, em Dezembro de 2009

9. Formador em diversas acções de formação organizadas pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., nomeadamente:

a) 1 curso sobre Contratação Pública, realizado em Setembro de 2010

b) 1 curso sobre Emprego Público, realizado em Outubro de 2010

d) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Maio de 2011

e) 2 cursos sobre Emprego Público, realizados em Novembro e Dezembro de 2011

f) 1 curso sobre Contratação pública, realizado em Dezembro de 2011

g) 1 curso sobre Contratação Pública, realizado em Dezembro de 2012

- h) 2 cursos sobre Emprego Público, realizados em Dezembro de 2012
- i) 1 curso sobre Contratação Pública, realizado em Maio de 2013
- j) 1 curso sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, realizado em Setembro de 2014

10. Formador de 1 acção de formação sobre Código de Procedimento Administrativo, organizada pelo Centro de Formação de Administração Pública dos Açores (CEFAPA), realizada em Angra do Heroísmo em Outubro de 2011

11. Formador de diversas acções de formação sobre o Código do Trabalho para quadros de empresas nacionais, como a Energias de Portugal (EDP) e a Portugal Telecom (PT), entre 2004 e 2008

12. Formador de 1 acção de formação sobre Contratação Pública, organizada pela empresa Multiaveiro, em Vagos, nos dias 25 e 26 de Janeiro de 2012

13. Formador de diversas acções de formação sobre Contratação Pública, organizadas pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, nomeadamente:

- a) em Montemor-o-Velho, nos dias 15, 16 e 17 de Fevereiro de 2012
- b) na Figueira da Foz, nos dias 2, 3 e 4 de Abril de 2012
- c) em Coimbra, nos dias 4, 11 e 12 de Outubro de 2012

14. Formador de diversas acções de formação sobre Emprego Público, organizadas pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, nomeadamente em Coimbra, nos dias 4 e 5 de 2014;

15. Formador de uma acção de formação sobre Contratação Pública, organizada pela empresa Enérgica, em Aveiro, no dia 2 de Outubro de 2013

16. Formador de duas acções de formação sobre A Nova Lei do Trabalho em Funções Públicas, organizadas pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra:

- a) nos dias 4 e 5 de Setembro de 2014
- b) nos dias 8 e 9 de Outubro de 2014

17. Formador de duas acções de formação sobre A Nova Lei do Trabalho em Funções Públicas, organizadas pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria:

- a) nos dias 21 e 22 de Outubro de 2014
- b) nos dias 2 e 3 de Dezembro de 2014

18. Formador de um curso de formação sobre a Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, organizado pela Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, nos dias 4, 5, 11 e 12 de Maio de 2015

19. Formador de um curso de formação sobre a Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, organizado pela Associação de Municípios do Alto Alentejo, em Portalegre, nos dias 23 a 25 de Setembro de 2015

20. Formador de um curso de formação sobre Contratação Pública, organizado pela Secretaria Geral do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, em Lisboa, nos dias 20 e 21 de Outubro de 2015

21. Formador de um curso sobre “As implicações do Orçamento do Estado para 2016 no regime do emprego público”, organizado pelo Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP), no dia 12 de Abril de 2016, em Coimbra

22. Formador de um curso sobre “A revisão do Código dos Contratos Públicos”, organizado pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), nos dias 8 e 9 de janeiro de 2018, em Portalegre

23. Formador de um curso sobre “A revisão do Código dos Contratos Públicos”, organizado pela Associação Nacional dos Jovens Empresários, no dia 30 de janeiro de 2018, em Coimbra

24. Formador de um curso sobre “A revisão do Código dos Contratos Públicos”, organizado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), nos dias 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2018, em Leiria

25. Formador de um curso sobre “A revisão do Código dos Contratos Públicos”, organizado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2018, em Ansião

26. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, em Coimbra, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em junho de 2019

27. Formador do Curso “Direito do Trabalho em Funções Públicas”, organizado pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em Lisboa, no dia 15 de novembro de 2019, responsável pelo módulo “A Portaria n.º125-A/2019, de 30 de abril: o âmbito de aplicação, as modalidades do procedimento concursal, os métodos de seleção e negociação de posições remuneratórias”

28. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, em Coimbra, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em julho de 2019

29. Formador do Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pela Fundação FEFAL, em Coimbra, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em novembro de 2019

30. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, nas Caldas da Rainha, encarregue dos módulos de Contratação Pública e Emprego Público, em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020

31. Formador do Curso de Formação Inicial em Administração e Gestão Pública, promovido pela Universidade de Aveiro (UNAVE), on line, em abril e

maio de 2020, encarregue do módulo de Direito da Administração Pública e Procedimento Administrativo (14 horas) – 1.ª edição

32. Formador do Curso de Formação Inicial em Administração e Gestão Pública, promovido pela Universidade de Aveiro (UNAVE), on line, em maio e junho de 2020, encarregue do módulo de Direito da Administração Pública e Procedimento Administrativo (14 horas) – 2.ª edição

33. Formador do Curso de Formação em Direito do Emprego Público, organizado pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, *on line*, em abril e junho de 2020 (28 horas)

34. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, nas Caldas da Rainha, encarregue do módulo de Emprego Público, em junho de 2020

35. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, na Maia, encarregue do módulo de Emprego Público, em outubro de 2020

36. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.ª Edição online, encarregue dos módulos de Emprego Público e Contratação Pública, em outubro de 2020

37. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 2.ª Edição online, encarregue dos módulos de Emprego Público e Contratação Pública, em outubro de 2020

38. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 3.ª Edição online, encarregue dos módulos de Emprego Público e Contratação Pública, em novembro de 2020

39. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, por requisição da CIM AVE,

encarregue dos módulos de Emprego Público e Contratação Pública, em novembro de 2020

40. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, por requisição da CIM Cávado, encarregue dos módulos de Emprego Público e Contratação Pública, em dezembro de 2020

41. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 4.^a Edição online, encarregue dos módulos de Emprego Público e Contratação Pública, em dezembro de 2020

42. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 5.^a Edição online, encarregue dos módulos de Emprego Público e Contratação Pública, em dezembro de 2020

43. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 6.^a Edição online, encarregue do módulo de Emprego Público, em dezembro de 2020

44. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 7.^a Edição online, encarregue do módulo de Emprego Público, em fevereiro de 2021

45. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição CIM AVE, encarregue do módulo de Emprego Público, em fevereiro de 2021

46. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.^a Edição online Câmara Municipal do Porto, encarregue do módulo de Emprego Público, em fevereiro de 2021

47. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 2.^a Edição online Câmara Municipal do Porto, encarregue do módulo de Emprego Público, em fevereiro de 2021

48. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 3.^a Edição online Câmara Municipal do Porto, encarregue do módulo de Emprego Público, em fevereiro de 2021

49. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição online Câmara Municipal de Santo Tirso, encarregue do módulo de Emprego Público, em março de 2021

50. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição Área Metropolitana do Porto (1.^a edição on line), encarregue do módulo de Emprego Público, em março de 2021

51. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição Área Metropolitana do Porto (2.^a edição on line), encarregue do módulo de Emprego Público, em abril de 2021

52. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição Área Metropolitana do Porto (3.^a edição on line), encarregue do módulo de Emprego Público, em abril de 2021

53. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição online CIM Tâmega e Sousa, encarregue do módulo de Emprego Público, em abril de 2021

54. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição online Região Autónoma da Madeira, encarregue do módulo de Emprego Público, em abril de 2021

55. Formador de um curso de formação sobre “As alterações ao regime de contratação pública introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio”, organizada pela CIM Região de Coimbra, nos dias 7 e 8 de junho

56. Formador de um curso de formação sobre “As alterações ao regime de contratação pública introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio”, organizada pela Fundação FEFAL, no dia 21 de junho de 2021

57. Formador de um curso de formação sobre “As alterações ao regime de contratação pública introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio”, organizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no dia 23 de junho de 2021

58. Formador de um curso de formação sobre “As alterações ao regime de contratação pública introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio”, organizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, no dia 5 de julho de 2021

59. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.ª Edição online 2021, encarregue do módulo de Emprego Público, em setembro de 2021

60. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 2.ª Edição online, encarregue do módulo de Emprego Público, em setembro de 2021

61. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 3.ª Edição online, encarregue do módulo de Emprego Público, em outubro de 2021

62. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 4.ª Edição online, encarregue do módulo de Emprego Público, em outubro de 2021

63. Formador do Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 5.ª Edição online, encarregue do módulo de Emprego Público, em novembro de 2021

64. Formador do Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.ª Edição online, encarregue do módulo de Emprego Público, em novembro de 2021

65. Formador do Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pela Fundação FEFAL, Edição CIM AVE, encarregue do módulo de Emprego Público, em novembro de 2021

66. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, Câmara Municipal da Viana do Castelo, encarregue do módulo de Emprego Público, em janeiro de 2022

67. Formador de uma ação de formação sobre “Contratação pública”, organizada pelo Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, responsável pelo módulo “Procedimentos de contratação e critérios de escolha”, em janeiro de 2022

68. Formador de duas ações de formação intituladas “*Reposição do equilíbrio financeiro ao abrigo do Código dos Contratos Públicos*”, organizadas pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC), nos dias 21 e 28 de setembro e 15 e 18 de novembro

69. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.ª Edição on line 2022, encarregue do módulo de Emprego Público, em janeiro de 2022

70. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 2.^a Edição on line 2022, encarregue do módulo de Emprego Público, em junho de 2022

71. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 3.^a Edição on line 2022, encarregue do módulo de Emprego Público, em outubro de 2022

72. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL e Câmara Municipal de Loulé, encarregue do módulo de Emprego Público, em janeiro de 2022

73. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 4.^a Edição on line 2022, encarregue do módulo de Emprego Público, em novembro de 2022

74. Formador de Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.^a Edição on line 2022, encarregue do módulo de Emprego Público, em novembro de 2022

75. Formador do Curso “Reposição do equilíbrio financeiro nos contratos públicos”, organizado pela CIM Região de Coimbra, 1.^a Edição 2022, novembro de 2022

76. Formador do Curso “Reposição do equilíbrio financeiro nos contratos públicos”, organizado pela CIM Região de Coimbra, 2.^a Edição 2022, novembro de 2022

77. Formador do Curso “As alterações ao Código dos Contratos Públicos introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 78/2022”, organizado pela CIM Região de Coimbra, novembro de 2022

78. Formador do Curso “Reposição do equilíbrio financeiro nos contratos públicos”, organizado pela CIM Região de Coimbra, 3.ª Edição 2022, janeiro de 2023

79. Formador do Curso “Reposição do equilíbrio financeiro nos contratos públicos”, organizado pela CIM Região de Coimbra, 4.ª Edição 2022, fevereiro de 2023

80. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.ª Edição on line 2023, encarregue do módulo de Emprego Público, em fevereiro de 2023

81. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL e Câmara Municipal de Loulé, encarregue do módulo de Contratação Pública, em janeiro de 2022

82. Formador de um curso sobre “Acordos coletivos de trabalho: no limiar da legalidade?”, promovido pela empresa Ano Software, em fevereiro de 2023

83. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 2.ª Edição on line 2023, encarregue do módulo de Emprego Público, em 8 de maio de 2023

84. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 3.ª Edição on line 2023, encarregue do módulo de Emprego Público, em 30 de maio de 2023

85. Formador de Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), organizado pela Fundação FEFAL, 4.ª Edição on line 2023, encarregue do módulo de Emprego Público, em 20 de outubro de 2023

86. Formador de Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pela Fundação FEFAL, 1.ª

Edição on line 2023, encarregue do módulo de Emprego Público, em outubro de 2023

87. Formador de Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local (CEFADAL), organizado pela Fundação FEFAL, 5.^a Edição on line 2023, encarregue do módulo de Emprego Público, em outubro de 2024

1.1 Coordenador de programas de formação

Coordenador do Curso de Formação Inicial em Administração e Gestão Pública, promovido pela Universidade de Aveiro, em 2020

2. Orador nas seguintes Conferências/Seminários

a) O regime das faltas dos trabalhadores da Administração Pública com contrato individual de trabalho, realizada no Instituto Português de Oncologia de Coimbra, em 2006

b) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica, em Coimbra (3 Edições, em 18/1/2008, 7/3/2008 e 18/9/08)

c) O novo Código dos Contratos Públicos, organizada pela ACIV, em Coimbra, em 9/5/2008

d) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Amarante em 29/5/2008

e) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Coimbra em Maio de 2008

f) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Pinhel em 3/7/2008

g) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Faro em 10/7/2008

h) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela Câmara Municipal de Pedrógão Grande em 17 e 18 de Julho de 2008

i) O novo Código dos Contratos Públicos, organizado pela empresa Auto-Sueco (Coimbra), Lda. no mês de Novembro de 2008 (2 edições)

j) Jornadas sobre o novo Código do Trabalho, promovidas pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), realizadas no Centro de Congressos dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nos dias 13 e 14 de Maio de 2009, com uma intervenção sobre “As garantias dos créditos laborais”

l) Conferências Inaugurais dos Cursos Curso de Alta Direcção da Administração Local (CADAL) e do Curso de Gestão Pública na Administração Local (CEFADAL) para o ano de 2010, em Dezembro de 2009, com uma intervenção subordinada ao tema “Novo regime jurídico do emprego público”

m) Conferência sobre “Privilégios creditórios”, organizada pela Ordem dos Notários Portugueses, em Abril de 2010

n) Conferência sobre contratação pública, organizada pela Universidade Corporativa da Inframoura – Empresa de Infra-estruturas, EM, em Vilamoura, nos dias 5 e 6 de Novembro, subordinada ao tema “Ajuste directo, concurso público e concurso limitado por prévia qualificação”

o) Conferência sobre “Normas legais e regulamentares sobre higiene e segurança no trabalho”, integrado no Seminário “Higiene e segurança no trabalho nos trabalhos arqueológicos”, organizado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em 12 e 13 de Novembro de 2010

p) Conferência sobre “Contratação Pública”, integrada no Ciclo “Quintas Feiras de Direito”, organizado em conjunto pela Ordem dos Advogados e pela Livraria Almedina, no dia 7 de Abril de 2011, em Coimbra

q) Conferência sobre “Ajuste directo, negociação e diálogo concorrencial”, integrada no Ciclo de Conferências sobre Contratação Pública, organizado em conjunto pela Universidade de Aveiro e pela Ordem dos Advogados, no dia 24 de Maio de 2011

r) Conferência sobre “Código dos Contratos Públicos”, organizada pela Ordem dos Advogados, no dia 1 de Julho de 2011, no Fundão

q) Várias conferências promovidas pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, nomeadamente

- Conferência sobre contratação pública, realizada no dia 17/1/2012
- Conferência sobre contratação pública, realizada no dia 8/3/2012
- Conferência sobre emprego público, realizada no dia 3/7/2012
- Conferência sobre privilégios creditórios, realizada no dia 15/3/2013

r) Conferência sobre “Privilégios creditórios”, organizada no Funchal pelo Conselho Distrital da Madeira da Ordem dos Advogados, no dia 30 de Novembro de 2012

s) Conferência sobre “Contratação pública”, organizada pela Delegação Regional de Viseu da Ordem dos Advogados, no dia 11 de Abril de 2013

t) Mesa redonda, organizada pela Fundação CEFA, em Coimbra, sobre "Lei quadro das fundações: certezas e perplexidades", com uma intervenção intitulada "O regime laboral dos trabalhadores das Fundações", em Coimbra, no dia 12 de Abril de 2014

u) Conferência sobre “Privilégios creditórios e a sua influência no concurso de credores”, organizada pela Livraria Almedina, em Coimbra, no dia 19 de Maio de 2014

v) Conferência sobre “Privilégios creditórios”, no âmbito do ciclo de conferências intitulado “Temas de direito e processo civil”, organizada do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em Lisboa, no dia 23 de Maio de 2014

x) Conferência intitulada “Legislação Laboral: as alterações impostas pelo programa de ajustamento e os desafios e incertezas do futuro”, organizada pelo Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico da Universidade de Açores, em Ponta Delgada, no dia 29 de Maio de 2014

z) Intervenção intitulada “Regime de requalificação e despedimentos dos trabalhadores da Administração Pública”, integrada nas III Jornadas de Direito do Emprego Público da Universidade do Minho, em Braga, no dia 13 de Junho de 2014

aa) Conferência intitulada “Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, organizada pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados, em 26 de Junho de 2014

bb) Conferência intitulada “Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: a equiparação definitiva ao regime do Código do Trabalho?”, organizada pela Fundação CEFA, em Coimbra, no dia 30 de Junho de 2014

cc) Conferência sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, organizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), no dia 23 de Setembro de 2014.

dd) Seminário organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP), em Coimbra, no dia 24 de Setembro de 2014, com uma comunicação sobre a “As implicações da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas para o movimento sindical e a contratação colectiva”

ee) Seminário organizado pelo projecto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, em Lisboa, no dia 11 de Setembro de 2014

ff) Seminário sobre a “Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, organizado pela Universidade de Aveiro, no dia 18 de Setembro de 2014, com uma intervenção intitulada “Extinção do vínculo: a requalificação”

gg) Seminário sobre a “Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, organizado pela Administração Regional de Saúde do Centro, em Coimbra, no dia 30 de Setembro de 2014

hh) Conferência intitulada “Nova Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: a equiparação definitiva ao regime do Código do Trabalho?”, organizada pela Fundação CEFA, em Coimbra, no dia 14 de Outubro de 2014

ii) Conferência sobre “A Lei do Orçamento do Estado para 2015 e o controlo do recrutamento de trabalhadores – regime geral”, inserida no Seminário “Descomplicar o Orçamento do Estado para 2015”, organizado pelo Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, nos dias 21 e 22 de Janeiro de 2015

jj) Conferência sobre “O papel da comissão de trabalhadores na Universidade de Aveiro”, realizada na Universidade de Aveiro no dia 29 de Abril de 2015

kk) Conferência sobre “Políticas Públicas e governação partilhada na Ria de Aveiro”, inserida no ciclo de debates Quintas na Ria II, realizada na Fábrica Centro Ciência Viva de Aveiro, no dia 11 de Outubro de 2015

ll) Seminário organizado pelo projecto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre “Privilégios creditórios: a sua influência no concurso de credores”, em Lisboa, no dia 13 de Novembro de 2015

mm) Jornadas Regionais de Direito do Trabalho, em Ponta Delgada, nos dias 19 e 20 de Novembro de 2015, com uma intervenção intitulada “*Contrato de trabalho na Administração Pública*”

nn) Seminário Internacional “Poder, privação e desigualdades”, em Coimbra, no dia 18 de Março de 2016, com uma intervenção intitulada “*O direito na desigualdade social*”

oo) Seminário organizado pelo projecto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre “Tribunal Arbitral do Desporto”, em Lisboa, no dia 22 de Abril de 2016

pp) Seminário organizado pelo projecto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre “Regime jurídico do emprego público”, em Lisboa, no dia 29 de Abril de 2016

qq) Seminário intitulado “As implicações da Lei do Orçamento do Estado para 2016 no regime do emprego público”, organizado pela Câmara Municipal da Mealhada, no dia 27 de Abril de 2016

rr) Colóquio “A revisão do Código dos Contratos Públicos”, organizado pelo Centro de Estudos de Direito Público (CEDIPRE), no dia 17 de Setembro de 2016, com uma intervenção sobre “Ajuste directo, consulta prévia e concurso público urgente”

ss) Encontro Nacional de Árbitros de Direito de Consumo, organizado pelo Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no dia 23 de Setembro de 2016

tt) European Commission fact finding for European Semester, Lisboa, 7 de Outubro de 2016

uu) Conferência “Arbitragem de Direito Público”, organizada pelo Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), em Lisboa, no dia 13 de Outubro de 2016, com uma intervenção sobre “Emprego público”

vv) Conferência comemorativa do 1.º aniversário da instalação do Tribunal Arbitral do Desporto, organizada pelo Comité Olímpico de Portugal, em Lisboa, no dia 13 de Outubro de 2016, com uma intervenção intitulada “A publicidade das decisões do Tribunal Arbitral do Desporto”

xx) Conferência “Arbitragem de Direito Público”, organizada pelo Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), no Porto, no dia 16 de Fevereiro de 2017, com uma intervenção sobre “Emprego público”

zz) Conferência VIII Jornadas de Administração Pública da Universidade de Aveiro, com uma intervenção sobre “Descentralização e compras públicas”, no dia 4 de Abril de 2017

aaa) Seminário sobre a revisão do Código dos Contratos Públicos, organizado pela CIM Coimbra, no dia 20 de Setembro de 2017

bbb) Seminário sobre a revisão do Código dos Contratos Públicos, organizado pela empresa PTG, em Viseu, no dia 22 de Setembro de 2017

ccc) Seminário sobre a revisão do Código dos Contratos Públicos, organizado pelo Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, em Coimbra, no dia 23 de Outubro de 2017

ddd) Conferência “Fiscalidade, planeamento e transparência no mundo do desporto”, organizada pela José Pedro Aguiar Branco e Associados – Sociedade de Advogados, RL”, no Porto, no dia 10 de Novembro de 2017, com uma intervenção sobre “Arbitragem de litígios fiscais e desportivos”

eee) Jornadas Regionais de Direito do Trabalho, em Ponta Delgada, nos dias 23 e 24 de Novembro de 2017, com uma intervenção intitulada “*Emprego Público*”

fff) Moderador da conferência sobre “A evolução do sistema jurídico em Portugal”, integrada nas IX Jornadas de Administração Pública, Universidade de Aveiro, no dia 10 de abril de 2018

ggg) IV Jornadas de Direito do Emprego Público, organizadas pela Universidade do Minho, em Braga, no dia 11 de maio de 2018, com uma intervenção sobre “Extinção da relação de emprego dos trabalhadores não docentes nas universidades fundação”

hhh) Conferência “Diálogo sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, organizado pelo escritório de advogados “N Advogados”, realizada em Braga, no dia 11 de maio de 2018

iii) Seminário organizado pelo projeto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre o Regime do Emprego Público, em Lisboa, no dia 25 de maio de 2018

jjj) XIX Seminário de Justiça Administrativa, organizado pelo CEJUR, com uma intervenção sobre “Âmbito de aplicação da Lei do Trabalho em Funções Públicas”, em Viana do Castelo, no dia 6 de julho de 2018

lll) Seminário organizado pelo projeto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre o Regime do Emprego Público, em Lisboa, no dia 24 de maio de 2019

mmm) Colóquio intitulado “O Regime Disciplinar dos Trabalhadores da Administração Pública e das Profissões Judiciárias”, organizado pelo Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, em Lisboa, no dia 29 de maio de 2019, com uma intervenção sobre “As especificidades do regime de direito público em face do Código do Trabalho”.

nnn) Seminário “Procedimento concursal e vínculo de emprego público: as novidades da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril”, organizado pelo Cedipre, em Coimbra, no dia 29 de junho de 2019

ooo) V Jornadas de Direito do Emprego Público da Escola de Direito da Universidade do Minho, no dia 4 de outubro de 2019, com uma intervenção subordinada ao tema “*Procedimento de contratação e em particular para a Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril*”

ppp) Seminário “Negociação Coletiva na Administração Pública e o Estatuto Jurídico dos Trabalhadores em Funções Públicas”, organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP), em Angra do Heroísmo, no dia 18 de outubro de 2019

qqq) Colóquio “A despesa pública na encruzilhada do Século XXI: que desafios”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, com uma intervenção intitulada “Evolução recente da despesa pública com pessoal: os constrangimentos da troyka e a sua progressiva eliminação”, nos dias 14 e 15 de novembro de 2019

rrr) Seminário organizado pelo projeto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre Comparação entre os regimes de emprego público e privado, em Lisboa, no dia 22 de novembro de 2019

sss) Webinar organizado pelo CEDIPRE, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sobre “*COVID19 Regimes excecionais: consequências nas relações de emprego público*”, no dia 6/5/2020

ttt) Webinar, organizado pela TIAC, sobre “*Monitorização cívica e boa despesa pública: o pacto de integridade no Mosteiro de Alcobaça*”, no dia 6/5/2020

uuu) Seminário organizado pelo Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, sobre “Impacto da pandemia no regime laboral da Administração Pública”, no dia 26 de junho de 2020

vvv) Ciclo de Palestras em Administração Autárquica 2020, organizado pelo Instituto Politécnico de Bragança, com uma intervenção sobre “Despedimentos e layoff na Administração Pública”, no dia 11 de dezembro de 2020.

xxx) Conferência “Sobre as questões estritamente desportivas”, organizado Universidade Católica (Pólo de Lisboa), no dia 16 de março de 2021 (on line)

zzz) Conferência “Princípios constitucionais em matéria de trabalho em funções públicas e proteção social”, no âmbito da formação contínua do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), no dia 5 de maio de 2021 (on line),

aaaa) Workshop sobre “As alterações ao regime da contratação pública introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio”, organizado pela FEFAL, no dia 21 de junho de 2021 (on line)

bbbb) Jornadas de Administração Pública, organizadas pelo Núcleo de Estudantes de Administração Pública da Universidade de Aveiro, dia 2 de novembro de 2021 (moderador de uma mesa sobre “Recrutamento e avaliação do desempenho na Administração Pública”)

cccc) Seminário organizado pelo projeto “Almedina Mais”, do grupo Almedina, sobre Comparação entre os regimes de emprego público e privado, em Lisboa, em novembro de 2021

dddd) Conferência de encerramento do projeto Pacto de Integridade, organizado pela TIAC, no Mosteiro de Alcobaça, no dia 19/11/2021

eeee) Workshop sobre “As alterações ao regime da contratação pública introduzidas pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio”, organizado pela FEFAL, no dia 14 de dezembro de 2021 (on line)

ffff) Conferência “Que tribunal para o desporto?”, organizado Universidade Católica (Pólo de Lisboa), no dia 20 de janeiro de 2022 (on line)

gggg) Conferência “A importância dos pactos de integridade para a contratação pública: o caso do Mosteiro de Alcobaça”, organizada pelo Instituto Politécnico de Leiria (modelo híbrido, presencial e on line), no dia 9 de maio de 2022

hhhh) 2.^a Conferência “*Alterações às medidas especiais de contratação pública e ao Código dos Contratos Públicos, organizada pelo Observatório das Autarquias Locais*”, on line, no dia 7 de dezembro de 2022

iiii) “*Medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas*”, organizada pela Associação dos Trabalhadores da Administração Municipal (ATAM), em Santarém, no dia 24 de fevereiro de 2023

jjjj) “*Medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas*”, organizada pela Associação dos Trabalhadores da Administração Municipal (ATAM), em Ferreira do Zêzere, no dia 10 de março de 2023

kkkk) (Re)organização do emprego público e inovação nos serviços públicos, organizado pelo INA, I. P. e pela Associação de Direito Administrativo, em Lisboa, a 18 de abril de 2023, com uma intervenção intitulada “Principais diferenças entre os regimes de emprego público e privado”

llll) Seminário sobre a descentralização na área da ação social, organizado pela AEDREL, no dia 17/5/2023, como moderador do painel “A celebração de acordos específicos com IPSS ou equiparadas”.

mmmm) I Congresso da Segurança Social, organizado pela Editora Almedina, como moderador na mesa redonda intitulada "Sustentabilidade Financeira, Adequação e Equidade do Sistema de Proteção Social" (dia 12 de outubro de 2023)

nnnn) 41.º Encontro Nacional da ATAM (9/11/2023), com uma intervenção no painel "Recursos humanos – valorização de trabalhadores em funções públicas: Projeto inadiável: Estatuto, responsabilidade, avaliação"

3. Membro da Comissão Científica dos seguintes Congressos

Congresso Internacional de Psicologia Política, nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2017, na Fundação Calouste Gulbenkian e na Faculdade de Direito de Lisboa

4. Membro do júri do concurso de recrutamento

4.1 Do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha (Aviso n.º 19148/2020, Diário da República, II Série, 23 de novembro de 2020 e https://www.cm-albergaria.pt/albergaria/uploads/document/file/1983/edital_218.pdf)

4.2 De um técnico superior jurista, com contrato de trabalho sem termo, para a Assessoria Jurídica da Universidade de Aveiro (Ref.^a CND-CTST-37-SGRH/2022)

4.3 Procedimento concursal para provimento do Cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Coimbra (novembro de 2023)

VI – Participação em associações, grupos de trabalho e projectos de cooperação

a) Membro Integrado da Unidade de Investigação em Governação, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), da Universidade de Aveiro

b) Membro do Instituto de Direito da Empresa e do Trabalho (IDET) da Universidade de Coimbra

c) Associado do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE) da Universidade de Coimbra e membro do Grupo de Contratação Pública do mesmo CEDIPRE

d) Membro do Centro de Estudos Notariais e Registais (CENOR) da Universidade de Coimbra

e) Membro do Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra,

f) Membro convidado do Projecto Almedina Mais, projecto de formação da Editora Almedina

g) Projecto de assessoria jurídica ao Ministério da Educação de Timor-Leste, incluindo a elaboração de uma compilação de legislação anotada (Março e Junho de 2012)

h) Membro do Conselho Geral da Memórias e Gentes / Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, reconhecida e registada junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros

i) Colaboração permanente com a Comissão Europeia, com auscultações periódicas (nomeadamente na avaliação anual das políticas económicas (o "Semestre Europeu"), participando em reuniões de recolha de

informação ("fact-finding"), na qualidade de perito em Contratação Pública (2014-2017)

j) Presidente da comissão de seleção e avaliação dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa Económica do Porto - Caixa Anexa à Instituição A Beneficência Familiar

l) Coordenador do Projecto "Pactos de Integridade", desenvolvido pela Transparência e Integridade – Associação Cívica (TIAC) em conjunto com a Direcção-Geral do Património Cultural, monitorizando as obras de requalificação do Mosteiro de Alcobaça (projeto com financiamento comunitário) – 2019 a 2021

m) Membro da Comunidade de Juristas de Língua Oficial Portuguesa

n) Provedor do cliente da Real Vida Seguros, S.A.

VII – Arbitragem

1. Árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), em matéria administrativa, após procedimento de consulta pública, desde fevereiro de 2013

2. Árbitro do Centro de Informação Mediação, Provedoria e Arbitragem de Seguros (CIMPAS), desde Janeiro de 2015

3. Árbitro do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), entre Maio de 2015 e Novembro de 2017

4. Árbitro no Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, desde Julho de 2015

5. Árbitro do Conselho Económico e Social (CES), desde Novembro de 2015

6. Árbitro do Centro de Arbitragem da Câmara Brasileira da Administração Pública (CAMBRAAP), desde Janeiro de 2018

7. Árbitro do Centro Nacional de Arbitragem da Construção, desde Fevereiro de 2019

8. Árbitro do Centro de Arbitragem do Setor Automóvel (CASA), desde abril de 2021

9. Árbitro do Centro de Arbitragem e Mediação do Instituto de Gestão e Administração Pública (CAMIGAP), desde janeiro de 2022

10. Árbitro, designado pelas partes, em diversas arbitragens *ad hoc*

11. Membro do Conselho de Arbitragem do Consumo da Associação Portuguesa de Arbitragem (desde dezembro de 2022)

VIII – Consultoria e advocacia

1. Consultoria

Membro do Centro de Estudos Jurídicos da Universidade de Aveiro, com funções de assessoria jurídica da Reitoria, entre Fevereiro de 2001 e Setembro de 2002

Consultor da Sociedade de Advogados Vieira Conde e Associados, Sociedade de Advogado RL, em Coimbra, entre Novembro de 2004 e Abril de 2012

Jurisconsulto, a título individual, autor de diversos estudos e pareceres jurídicos, nas áreas do direito civil, direito do trabalho e direito público (contratação pública e emprego público), requeridos por diversas entidades, públicas (nomeadamente o Estado Português, Autarquias Locais ou Institutos Públicos) e privadas (sobretudo escritórios de advocacia), bem como por pessoas singulares, nomeadamente:

- a) Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) / Fundação FEFAL
- b) Instituto de Avaliação Educativa (IAVE)
- c) Câmara Municipal de Resende
- d) Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
- e) Câmara Municipal de Moura
- f) Câmara Municipal de Castro Daire
- g) Câmara Municipal de Góis
- h) Fundação Museu Nacional Ferroviário
- i) Instituto Politécnico de Beja
- j) Câmara Municipal de Serpa
- l) Câmara Municipal de Coimbra

Consultor jurídico da Galpenergia, entre outubro de 2015 e setembro de 2021

Consultor jurídico da Direção Regional de Cultura do Centro (desde dezembro de 2021)

2. Elaboração de provas de conhecimentos para procedimentos concursais destinados à constituição de relações jurídicas de emprego público

3. Advocacia:

Estágio de advocacia realizado na Sociedade de Advogados, então sob a firma “Telles de Abreu, Delgado, Lucena e Associados – Sociedade de Advogados”, atualmente designada “Telles”, no Porto, concluído em setembro de 2000

Inscrição na Ordem dos Advogados (cédula n.º 8696 P), desde 19/4/2001

Advogado na “Telles de Abreu Avogados” desde o final do estágio até fevereiro de 2001

Inscrição na Ordem dos Advogados suspensa, a meu pedido, entre 2001 e novembro de 2021

Advogado em prática individual desde novembro de 2021

IX – Publicações

A) Monografias e artigos publicados

1. **“Os privilégios creditórios dos créditos laborais”, in Questões Laborais, n.º 20, ano IX (2002), págs. 164 a 202**, citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

1.1 Supremo Tribunal de Justiça

a) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Junho de 2003, in www.dgsi.pt (Relator Santos Bernardino),

b) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 24 de Junho de 2004, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Barros)

c) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Março de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Vítor Mesquita)

d) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Cameira)

e) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Barros)

f) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 21 de Fevereiro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Pereira da Silva)

g) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 7 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Cameira)

h) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 28 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Cameira)

i) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 10 de Dezembro de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Paulo Sá)

j) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Janeiro de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Alves Velho)

k) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de Abril de 2022, in www.dgsi.pt (Relator Alves Velho)

1.2 Tribunal da Relação do Porto

- a) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 10 de Maio de 2004, in www.dgsi.pt (Relator Cunha Barbosa)
- b) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 14 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Cunha Barbosa)
- c) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 15 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Ferreira da Costa)
- d) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 28 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Coelho da Rocha)

1.3 Tribunal da Relação de Coimbra

- a) Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 16 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Jorge Arcanjo)

1.4 Tribunal da Relação de Guimarães

- a) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 12 de Fevereiro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Ana Cristina Duarte)

1.5 Tribunal Constitucional

- a) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 498/2003, de 22 de Outubro, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Maria dos Prazeres Beleza)
- b) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 335/2008, de 19 de Junho, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator João Cura Mariano)
- c) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 108/2009, de 10 de março de 2009, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Maria João Antunes)
- d) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 246/2009, de 12 de maio de 2009, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Benjamim Rodrigues)

2. **“Dos privilégios creditórios – regime jurídico e sua influência no concurso de credores”**, Almedina, 2004, 453 págs., citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

2.1 Supremo Tribunal de Justiça:

- a) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 16 de Junho de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Araújo Barros)
- b) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de Junho de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Custódio Montes)
- c) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 17 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Araújo Barros)
- d) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Maio de 2006, in www.dgsi.pt (Urbano Dias)
- e) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 8 de Junho de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Sebastião Póvoas)
- f) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Novembro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Urbano Dias)
- g) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Novembro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Custódio Montes)
- h) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Março de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Sebastião Póvoas)
- i) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Maio de 2007, in www.dgsi.pt (Relator João Bernardino)
- j) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 4 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Gil Roque)
- l) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Abril de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Moreira Camilo)
- m) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12 de Março de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Sebastião Póvoas)
- n) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2 de Julho de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Rocha - Proc. n.º 752-S/2002.C1.S1)
- o) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2 de Julho de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Rocha – Proc. n.º 989/04.0TBOAZ-N.S1)
- p) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 26 de Outubro de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Hélder Roque)
- q) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29 de Março de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Serra Baptista)
- r) Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Novembro de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Assunção Raimundo)

2.2 Supremo Tribunal Administrativo

- a) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 15 de Fevereiro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Baeta Queiroz)
- b) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 26 de Abril de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Lino Ribeiro)
- c) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 16 de Maio de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Dulce Neto)
- d) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 23 de Maio de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Lino Ribeiro – Proc. n.º 217/12)
- e) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 23 de Maio de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Lino Ribeiro – Proc.n.º 173/12)
- f) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 24 de Outubro de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Dulce Neto)
- g) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 9 de Outubro de 2013, in www.dgsi.pt (Relator Isabel Marques da Silva)
- h) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 22 de Janeiro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Pedro Delgado)
- i) Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 28 de Maio de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Fonseca Carvalho)
- j) Acórdão do Supremo do Tribunal Administrativo de 26 de Novembro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Pedro Delgado)

2.3 Tribunal da Relação do Porto

- a) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 3 de Junho de 2004, in www.dgsi.pt (Relator Mário Fernandes)
- b) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 2 de Junho de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Pinto de Almeida)
- c) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 3 de Novembro de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Mário Fernandes)
- d) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 29 de Junho de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Pinto de Almeida)
- e) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 14 de Setembro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Pinto de Almeida)

- f) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 30 de Outubro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Cura Mariano)
- g) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 9 de Novembro de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Saleiro de Abreu)
- h) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 15 de Março de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Amaral Ferreira)
- i) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Dezembro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Pinto de Almeida)
- j) Acórdão da Relação do Porto de 25 de Novembro de 2008, in www.ggsi.pt (Relator Vieira e Cunha)
- l) Acórdão da Relação do Porto de 29 de Janeiro de 2008, in www.ggsi.pt (Relator Vieira e Cunha)
- m) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Março de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Amaral Ferreira)
- n) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Janeiro de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Cândido Lemos)
- o) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 23 de Fevereiro de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Ramos Lopes)
- p) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Maio de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Filipe Carço)
- q) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 26 de Outubro de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Sílvia Pires)
- r) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 22 de Outubro de 2013, in www.dgsi.pt (Relator Márcia Portela)
- s) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 6 de Maio de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Márcia Portela)
- t) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 7 de Fevereiro de 2017, in www.dgsi.pt (Relator Maria Cecília Agante)
- u) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 9 de Maio de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Jorge Leal)
- v) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 9 de Maio de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Carlos Portela)
- x) Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 10 de julho de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Fernanda Almeida)

2.4 Tribunal da Relação de Lisboa

- a) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 25 de Setembro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Rui Vouga)
- b) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 22 de Março de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Maria João Areias)
- c) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 15 de Dezembro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Maria Isoleta Costa)
- d) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 3 de Abril de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Ezaguy Martins)
- e) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 9 de Maio de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Jorge Leal)
- f) Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 25 de Novembro de 2020, in www.dgsi.pt (Relator Amélia Rebelo)
- g) Acórdão da Relação de Lisboa de 9 de março de 2021, in www.dgsi.pt (Relator Teresa Sousa Henriques)
- h) Acórdão da Relação de Lisboa de 31 de outubro de 2023, (Relator Fátima Reis Silva) in www.dgsi.pt

2.5 Tribunal da Relação de Coimbra

- a) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 24 de Maio de 2005, in www.dgsi.pt (Relator Távora Vítor)
- b) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 21 de Março de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Cardoso Albuquerque)
- c) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 27 de Fevereiro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Ferreira de Barros)
- d) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 4 de Março de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Teles Pereira)
- e) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 20 de Abril de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Távora Vítor)
- f) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 23 de Fevereiro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator José Eusébio Almeida)
- g) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 28 de Junho de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Fonte Ramos)

h) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 20 de Setembro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Artur Dias)

i) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 14 de Fevereiro de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Henrique Antunes)

j) Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 11 de Dezembro de 2012, in www.dgsi.pt (Relator Freitas Neto)

l) Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 25 de Fevereiro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Fonte Ramos)

2.6 Tribunal da Relação de Évora

a) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 11 de Maio de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 18 de Outubro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Mário Serrano)

c) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 28 de Fevereiro de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Pires Robalo)

d) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 26 de Junho de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)

e) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 18 de Novembro de 2009, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)

f) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 28 de Abril de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)

g) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 14 de Novembro de 2013, in www.dgsi.pt (Relator Mata Ribeiro)

h) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 30 de maio de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Rui Machado e Moura)

2.7 Tribunal da Relação de Guimarães

a) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 11 de Janeiro de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Teresa Pardal)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 28 de Junho de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Ana Cristina Duarte)

c) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 21 de Maio de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Maria Rosa Tching)

d) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 14 de Novembro de 2013, in www.dgsi.pt (Relator Manuel Bargado)

e) Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 5 de Novembro de 2015, in www.dgsi.pt (Relator Jorge Teixeira)

2.8 Tribunal Constitucional

a) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 335/2008, de 19 de Junho, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator João Cura Mariano)

b) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 64/2009, de 10 de Fevereiro, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Maria João Antunes)

c) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 108/2009, de 10 de Março, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Maria João Antunes)

d) Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 264/2009, de 12 de Maio, in www.tribunalconstitucional.pt (Relator Benjamim Rodrigues)

2.9 Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 13 de Março de 2008, in www.dgsi.pt (Relator Moisés Rodrigues)

2.10 Tribunais de Macau

a) Acórdão de 12 de Maio de 2005 (Proc. n.º 51/2005) do Tribunal de 2.ª Instância da Região Administrativa Especial de Macau, in www.court.gov.mo

2.11 Comissão Arbitral Paritária da Liga Portuguesa de Futebol Profissional

a) Acórdão de 3 de Outubro de 2008 (Proc. n.º 49-CAP/08), in www.lfp.pt

3. “**As garantias da obrigação de alimentos**”, in Revista de Direito da Família, Ano 1, n.º 2 (2004), págs. 43 a 77, citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

a) Acórdão do Tribunal da Relação do Coimbra de 3 de Maio de 2006, in www.dgsi.pt (Relator Regina Rosa)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 15 de Fevereiro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Assunção Raimundo)

c) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 19 de Abril de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Sílvia Rato)

b) Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 29 de Novembro de 2007, in www.dgsi.pt (Relator Assunção Raimundo)

4. **“O contrato individual de trabalho na Administração Pública”**, publicado na Revista Questões Laborais, n.º 28, ano XIII (2006), págs. 191 a 217, citado, entre outros,

a) no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 22 de Fevereiro de 2010, (Relator Ferreira da Costa), in www.dgsi.pt

b) no Acórdão da Relação de Coimbra de 20 de Janeiro de 2011 (Relator José Eusébio Almeida), in www.dgsi.pt

5. **“A amplitude e a (in)constitucionalidade dos privilégios creditórios dos trabalhadores”**, publicado na Revista Questões Laborais, n.º 31, (2008), págs. 59 a 88, citado, entre outros, nos seguintes Acórdãos:

a) Acórdão da Relação do Porto de 20 de Abril de 2009, in www.snmv.pt (Relator Marques Pereira)

b) Acórdão da Relação do Porto de 31 de Maio de 2010, in www.dgsi.pt (Relator Paula Carvalho)

c) Acórdão da Relação do Porto de 6 de Junho de 2011, in www.dgsi.pt (Relator Paula Carvalho)

d) Acórdão da Relação do Porto de 8 de Abril de 2013, in www.dgsi.pt (Relator António José Ramos)

e) Acórdão da Relação de Lisboa de 14 de Abril de 2016, in www.dgsi.pt (Relator Lima Gonçalves)

f) Acórdão da Relação de Lisboa de 9 de março de 2021, in www.dgsi.pt (Relator Teresa Sousa Henriques)

g) Acórdão da Relação do Porto de 18 de abril de 2023, in www.dgsi.pt (Relator Artur Dionísio Oliveira)

h) Acórdão da Relação de Coimbra de 12 de julho de 2023, in www.dgsi.pt (Relator Paulo Correia)

6. **“Âmbito de aplicação da limitação da liberdade de escolha das entidades a convidar para participação no procedimento de ajuste directo”**, in Revista do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação (CEDIPRE), n.º 3, Novembro de 2010, 20 págs., citado, nomeadamente, na Sentença do Tribunal de Contas n.º 18/2012, de 31 de Outubro, disponível em <http://www.tcontas.pt/pt/actos/acordaos/2012/3s/st018-2012-3s.pdf>

7. **“A garantia dos créditos laborais”**, in Código do Trabalho: A revisão de 2009 (Coordenação de Paulo Morgado de Carvalho), Coimbra Editora, 2011, págs. 381 a 393, citado, nomeadamente:

a) no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 13 de Novembro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Ana Paula Boularot)

b) no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Maio de 2017, in www.dgsi.pt (Relator Ana Paula Boularot)

c) no Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 23 de Novembro de 2017, in www.dgsi.pt (Relator António Santos)

d) no Acórdão da Relação de Évora de 28 de junho de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Tomé de Carvalho)

e) no Acórdão da Relação de Lisboa de 19 de setembro de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Carlos Oliveira)

f) no Acórdão da Relação de Évora de 14 de fevereiro de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Rui Machado e Moura)

g) no Acórdão da Relação de Évora de 30 de maio de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Rui Machado e Moura)

h) no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27 de Novembro de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Assunção Raimundo)

i) no Acórdão da Relação de Lisboa de 9 de março de 2021, in www.dgsi.pt (Relator Teresa Sousa Henriques)

8. **“Regime jurídico aplicável às fundações de direito privado e utilidade pública”**, (Revista do Centro de Estudos de Direito Público e da Regulação - CEDIPRE), n.º 7 (Maio 2011) 38 págs., citado, nomeadamente:

a) no Acórdão da Relação de Coimbra de 5 de Fevereiro de 2013, in www.dgsi.pt (Relator Artur Dias)

b) no Acórdão da Relação do Porto de 29 de Abril de 2013, in www.dgsi.pt (Relator António José Ramos)

c) no Acórdão da Relação de Guimarães de 30 de Janeiro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator António Santos)

d) no Acórdão da Relação de Guimarães de 18 de Janeiro de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Pedro Damião e Cunha)

e) no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 11 de Abril de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Jerónimo Freitas)

f) no Parecer da Procuradoria Geral da República de 19/2023, de 10 de Agosto de 2023, disponível em <https://www.ministeriopublico.pt/pareceres-pgr/9426>

9. **“Concurso público urgente: requisitos de admissibilidade”**, in Revista de Contratos Públicos, n.º 4, 2012, Cedipre, págs. 149 a 176, citado no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 23 de maio de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Helena Afonso)

10. **“Legislação da educação de Timor-Leste, anotada e comentada”**, Edição da Universidade de Aveiro, Junho de 2012 (em co-autoria com João Santos Fernandes e António Pedro Jorge)

11. **“Os regimes de vinculação e a extinção das relações jurídicas dos trabalhadores da Administração Pública”**, Almedina, 2013, 317 págs.

citado, nomeadamente:

- a). no Acórdão da Relação do Porto de 29 de Abril de 2013, in www.dgsi.pt (Relator António José Ramos)
- b). no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 12 de Setembro de 2013, in www.dgsi.pt (Relator Cristina dos Santos)
- c). no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 20 de Fevereiro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Ana Celeste Carvalho)
- d). no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 6 de Março de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Cristina dos Santos)
- e). nos Acórdãos do Tribunal Constitucional:
 - i) n.º 474/2013, de 29 de Agosto (Relator Fernando Ventura)
 - ii) n.º 793/13, de 21 de Novembro (Relator Pedro Machete)
 - iii) n.º 794/13, de 21 de Novembro (Relator Pedro Machete)
 - iv) n.º 838/2021, de 28 de outubro (Relatora Assunção Raimundo)
- f). no Acórdão do Tribunal Administrativo Sul de 18 de Dezembro de 2014, in www.dgsi.pt (Relator Cristina dos Santos)
- g). no Acórdão do Tribunal Administrativo Sul de 1 de Junho de 2017, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Coutinho)
- h). no Acórdão do Tribunal Administrativo Sul de 18 de Maio de 2017, in www.dgsi.pt (Relator Catarina Jarmela)
- i). no Parecer da Procuradoria Geral da República 34/2019, de 03.12.2020, disponível em <https://www.ministeriopublico.pt/pareceres-pgr/9363>
- j). no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 24 de Setembro de 2021, in www.dgsi.pt (Relator Luís Miguéis Garcia)
- k). no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 8/4/2022, in www.dgsi.pt (Relator Maria Fernanda Brandão)

12. **“Os Projectos de alteração das Directivas comunitárias relativas aos contratos públicos em geral e aos contratos de concessão em particular”**, in Revista de Contratos Públicos, Belo Horizonte, Brasil, Ano 2, n.º 2, (2013), Editora Fórum

13. **“A extinção dos vínculos dos trabalhadores da Administração Pública Portuguesa por revogação ou mútuo acordo”**, in Revista Brasileira de Estudos da Função Pública, Belo Horizonte, Brasil, Ano 2, n.º 6, Editora Fórum (2013)

14. **“O regime laboral e de protecção social dos trabalhadores em Macau: um País, três sistemas?”**, in Legisiuris, Revista do Centro de Reflexão, Estudo e Difusão do Direito de Macau da Fundação Rui Cunha, Ano 2, n.º 3 (2014), págs. 27 a 39

15. **“Legislação laboral angolana anotada e comentada”**, Editora Polis, Luanda, 2014 (em co-autoria com António Vicente Marques)

16. **“Será mesmo inadmissível “despedir funcionários públicos”? – reflexões em torno do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 474/2013, de 29 de Agosto”**, Almedina, 2014, 210 págs.

17. **“Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas Anotada e Comentada”**, Almedina, 2014, 440 págs., citado, entre outros, nas Sentenças do Centro de Arbitragem Administrativa, proferidas nos Processos n.º 65/2015-A, n.º 21/2017-A, 39/2018-A, 98/2018-A e no Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 266/2018, de 6 de junho de 2018

18. **“Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: principais inovações”**, in Newsletter do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD) de Setembro de 2014, págs. 15 a 18, disponível em

http://issuu.com/caad.arbitragem/docs/newsletter_caad_set_2014?e=7377553/9448966

19. “**Apresentação geral do sistema jurídico de Macau**” Polis Editores, 2014

20. “**A Lei do Orçamento do Estado 2015 e o controlo de recrutamento de trabalhadores – regime geral**”, in Descomplicar o Orçamento do Estado 2015, Vida Económica, 2015

21. “**Dos privilégios creditórios: regime jurídico e sua influência no concurso de credores**”, 2.^a Edição Revista e Actualizada, Almedina, 2015, 450 págs., citado, nomeadamente,

a) no Acórdão da Relação de Guimarães de 9 de Julho de 2015 (Relator Heitor Gonçalves), Processo n.º 71/12.5TBVRL-AH.G1, in www.dgsi.pt

b) no Acórdão da Relação de Guimarães de 9 de Julho de 2015 (Relator Carvalho Guerra), Processo n.º 71/12.5TBVRL-AJ.G1, in www.dgsi.pt

c) no Acórdão da Relação de Guimarães de 9 de Julho de 2015 (Relator Manuel Bargado), Processo n.º 72/12.5TBVRL-I.G1, in www.dgsi.pt

d) no Acórdão da Relação de Guimarães de 9 de Julho de 2015 (Relator Heitor Gonçalves), Processo n.º 72/12.5TBVRL-AH.G1, in www.dgsi.pt

e) no Acórdão da Relação de Lisboa de 15 de Outubro de 2015 (Relator Ondina Alves), in www.dgsi.pt

f) no Acórdão da Relação de Évora de 5 de Novembro de 2015 (Relator Mário Serrano), in www.dgsi.pt

g) no Acórdão da Relação de Guimarães de 14 de Janeiro de 2016 (Relator António Santos), in www.dgsi.pt

h) no Acórdão de fixação de jurisprudência uniforme do Supremo Tribunal de Justiça, de 23 de Fevereiro de 2016 (Relator Pinto de Almeida), in www.dgsi.pt

- i) no Acórdão da Relação de Guimarães de 15 de Março de 2016 (Relator Isabel Rocha), in www.dgsi.pt
- j) no Acórdão da Relação de Coimbra de 26 de Abril de 2016 (Relator Barateiro Martins), in www.dgsi.pt
- l) no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de Julho de 2016 (Relator Ana Paula Boularot), in www.dgsi.pt
- m) no Acórdão da Relação de Évora de 26 de Janeiro de 2017 (Relator Francisco Xavier), in www.dgsi.pt
- n) no Acórdão da Relação de Évora de 11 de Maio de 2017 (Relator Mário Serrano), in www.dgsi.pt
- o) no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 30 de Maio de 2017, in www.dgsi.pt (Relator Ana Paula Boularot)
- p) no Acórdão da Relação de Coimbra de 20 de Junho de 2017, in www.dgsi.pt (Relator Luís Cravo)
- q) no Acórdão da Relação de Guimarães de 11 de Julho de 2017, in www.dgsi.pt (Relator Jorge Teixeira)
- r) no Acórdão da Relação de Guimarães de 2 de Fevereiro de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Helena Melo)
- s) no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de Fevereiro de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Ana Paula Boularot)
- t) no Acórdão da Relação de Évora de 28 de junho de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Tomé de Carvalho)
- u) no Acórdão da Relação do Porto de 11 de setembro de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Vieira e Cunha)
- v) no Acórdão da Relação de Lisboa de 19 de setembro de 2018, in www.dgsi.pt (Relator Carlos Oliveira)
- x) no Acórdão da Relação de Évora de 14 de fevereiro de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Rui Machado e Moura)
- z) no Acórdão da Relação de Lisboa de 7 de março de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Antero Luís)
- aa) no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de janeiro de 2020, in www.dgsi.pt (Relator Oliveira Abreu)
- bb) no Acórdão da Relação de Guimarães de 22 de outubro de 2020, in www.dgsi.pt (Relatora Alexandra Viana Lopes)

cc) no Acórdão da Relação de Coimbra de 11 de janeiro de 2021, in www.dgsi.pt (Relatora Maria João Areias)

dd) no Acórdão da Relação de Guimarães de 6 de outubro de 2022, in www.dgsi.pt (Relatora Maria João Matos)

ee) no Acórdão da Relação de Lisboa de 8 de novembro de 2022, in www.dgsi.pt (Relator Nuno Teixeira)

22. **Direito das obrigações – Volume II**, Editora Polis, Luanda, 2015 (em co-autoria com António Vicente Marques)

23. **“A caducidade dos vínculos dos trabalhadores da Administração Pública Portuguesa”**, in Revista do Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico da Universidade dos Açores, Working Paper n.º 3/2014 (também a publicar na Revista Brasileira de Estudos da Função Pública, Belo Horizonte, Brasil, Editora Fórum)

24. **“Penhor ou penhores? O regime jurídico tradicional e a multiplicação de regimes especiais – implicações para a unidade conceptual e natureza jurídica do instituto”**, Volume I, Polis, 2015, págs. 538, citado no Acórdão da Relação de Lisboa de 3/12/2020 (Relator Carlos Castelo Branco, disponível em www.dgsi.pt)

25. **“Penhor ou penhores? O regime jurídico tradicional e a multiplicação de regimes especiais – implicações para a unidade conceptual e natureza jurídica do instituto”**, Volume II, Polis, 2015, págs. 626

26. **“Anotação ao Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secção) de 28 de Novembro de 2013**, in Anuário de Direito Internacional 2013, Edição

do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2015, págs. 359 a 370

27. “**Recurso das decisões proferidas em matéria disciplinar pelos órgãos das federações desportivas**”, in Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Comité Olímpico Português, disponível em www.cpesquisa.comitecolimpicoportugal.pt, citado no Acórdão n.º 1/2016 do Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), de 19/5/2016, disponível em https://www.tribunalarbitraldesporto.pt/files/decisooes/TAD_1-2016.pdf

28. “**Os requerimentos no Código do Procedimento Administrativo**”, in Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo (Coordenação Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), Volume II, A.A.F.D.L Editora, 2016, 3.ª Edição, págs. 861 a 884

29. “**A Lei do Orçamento do Estado 2016 e o controlo de recrutamento de trabalhadores: regime geral**”, in Descomplicar o Orçamento do Estado 2016, Vida Económica, 2016, págs. 133 a 150.

30. “**Anotação ao Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça de 3 de Fevereiro de 2016**”, in Cadernos de Direito Privado, n.º 53 (Janeiro / Março 2016), págs. 42 a 69

31. “**Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas Anotada e Comentada**”, 2.ª Edição (Revista e Actualizada), Almedina, 2016, citado, nomeadamente:

a) no Parecer da Procuradoria Geral da República n.º 28/2017, de 09.05.2019, disponível em <http://www.ministeriopublico.pt/pareceres-pgr/9311>

b) no Parecer da Procuradoria Geral da República no 34/2019, de 03.12.2020, disponível em <https://www.ministeriopublico.pt/pareceres-pgr/9363>

c) no Acórdão do TCAS de 9/9/2021, disponível in www.dgsi.pt (Relator Sofia David)

32. “**O regresso das 35 horas de trabalho na Administração Pública: dúvidas e implementação prática**”, in Revista de Arbitragem Administrativa, n.º 2, 2016, Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD)

33. “**Ajuste directo, consulta prévia e concurso público urgente**”, in Relatório de análise e reflexão crítica sobre o anteprojecto de revisão do Código dos Contratos Públicos, Cedipre, Setembro/2016, págs. 23 a 27

34. “**O contrato de trabalho na Administração Pública**”, in Jornadas Regionais de Direito do Trabalho 2015, Edição do Governo Regional dos Açores, 2017, págs. 83 a 88

35. “**A Lei do Orçamento do Estado 2017 e o controlo de recrutamento de trabalhadores: regime geral**”, in Descomplicar o Orçamento do Estado 2017, Vida Económica, 2017, págs. 11 a 25

36. “**Arbitragem administrativa e emprego público**”, in Revista do Ministério Público, n.º 148 (Outubro – Dezembro 2016), págs. 97 a 110, citado na Sentença do CAAD proferida no Processo n.º 161/2020-A, disponível em https://caad.org.pt/administrativo/decisoões/decisao.php?s_materia=1&s_processo=&s_data_ini=&s_data_fim=&s_resumo=&s_artigos=&s_texto=lucas+pires&id=209

37. “**Descentralização**”, in Revista Linhas, Universidade de Aveiro, n.º 27 (Junho 2017), págs. 8 e 9

38. “**A publicidade das decisões do TAD**”, in Tribunal Arbitral do Desporto um ano depois, Comité Olímpico de Portugal, 2017, págs. 20 a 25

39. “**Acordos quadro**”, in Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos, AAFDL Editora, 2017, págs. 659 a 678, citado no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 6 de junho de 2019, in www.dgsi.pt (Relator Paula de Ferreirinho Loureiro)

40. “**A Lei do Orçamento do Estado 2018 e o controlo de recrutamento de trabalhadores – regime geral**”, in Descomplicar o Orçamento do Estado 2018, Vida Económica, 2018, págs. 161 a 175

41. “**Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas Anotada e Comentada**”, 3.ª Edição (Revista e Atualizada), Almedina, 2018

42. “**Âmbito de aplicação da lei do trabalho em funções públicas**”, in Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 130 (julho-agosto 2018), págs. 37 a 45

43. “**As principais diferenças entre o regime jurídico do emprego público e o regime laboral previsto no Código do Trabalho**”, in II Jornadas Regionais de Direito do Trabalho (2017), Edição do Governo Regional dos Açores, 2018, págs. 161 a 169

44. “**Os requerimentos no Código do Procedimento Administrativo**”, in Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo (Coordenação Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), Volume II, A.A.F.D.L Editora, 2018, 4.ª Edição, págs. 861 a 884

45. “**A Lei do Orçamento do Estado 2019 e o controlo de recrutamento de trabalhadores – regime geral**”, in Descomplicar o Orçamento do Estado 2019, Vida Económica, 2019, págs. 133 a 144

46. “**Contratos**”, in Dicionário de educação para o empreendedorismo, Gradiva, 2019, págs. 152 e 153

47. “**Publicidade das decisões arbitrais**”, in Arbitragem Comercial (Estudos comemorativos dos 30 anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa), Almedina, 2019, págs. 745 a 775

48. “**Federações desportivas**”, in Dicionário/Enciclopédia de Direito do Desporto (coordenação de Alexandre Miguel Mestre), Gestlegal, 2019, págs. 194 e 195

49. “**Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas Anotada e Comentada**”, 4.ª Edição (Revista e Atualizada), Almedina, 2019, 661 págs. citada, nomeadamente:

a) no Parecer da Procuradoria Geral da República n.º 25/2020, de 25.08.2020, disponível em <https://www.ministeriopublico.pt/pareceres-pgr/9357>

b) no Acórdão do Tribunal do Central Administrativo Norte de 16/9/2022, Relator Maria Fernanda Antunes Aparício Duarte Brandão, disponível em www.dgsi.pt

50. “**As especificidades do regime disciplinar de direito público em face do Código do Trabalho**”, in O Regime Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas, Advogados e Magistrados Judiciais, A.A.F.D.L Editora, 2020, págs. 57 a 64

51. “**A contratação de trabalhadores a termo no Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março**”, in Observatório Almedina, disponível em <https://observatorio.almedina.net/index.php/2020/03/23/a-contratacao-de-trabalhadores-a-termo-no-decreto-lei-n-o-10-a-2020-de-13-de-marco/>.

52. “**Layoff simplificado: podem os clubes de futebol recorrer a este mecanismo?**” in Observatório Almedina, disponível em <https://observatorio.almedina.net/index.php/2020/04/10/layoff-simplificado-podem-os-clubes-de-futebol-recorrer-a-este-mecanismo/>

53. “**Lay off simplificado: podem os clubes de futebol recorrer a este mecanismo?**”, in Revista de Direito Desportivo, n.º 5 (maio – agosto 2020), págs. 16 a 22

54. “**O estado de emergência e as suas implicações no regime de emprego público**”, in Direito Administrativo de necessidade e de exceção, AAFDL, 2020, págs. 707 a 745

55. “**Os requerimentos no Código do Procedimento Administrativo**”, in Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo (Coordenação Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), Volume II, A.A.F.D.L Editora, 2020, 5.ª Edição, págs. 187 a 211

56. “**A Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril: o âmbito de aplicação, as modalidades do procedimento concursal, os métodos de seleção e a negociação de posições remuneratórias**”, in Direito do trabalho em funções públicas, 2020, págs. 21 a 38, Ebook CEJ, http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Administrativo_fiscal/eb_DTrabalhoFP_2020.pdf

57. “**O programa de regularização extraordinária de vínculos precários na Administração Pública: dúvidas e perplexidades**”, in Revista de Direito Administrativo, n.º 5 (maio – agosto 2019), pág. 67 a 76.

58. “**A Limitação da despesa pública com pessoal no período pós-troyka**”, in Boletim de Ciências Económicas, n.º LXIII (2020), págs. 263 a 281

59. “**Os privilégios creditórios da Segurança Social**”, in Segurança Social: sistema, proteção, solidariedade e sustentabilidade, AAFDL, 2020, págs. 953 a 969

60. “**Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro: principais inovações**”, in Revista de Direito Administrativo, n.º 11 (2021), pág. 39 a 43

61. “**Confronto entre o regime do emprego público e o regime laboral privado**”, Almedina, 2021, 337 págs., citado, nomeadamente, no Acórdão da Relação do Porto de 18/9/2023 (Relator Luís António Carvalhão), disponível em www.dgsi.pt

62. “**Acordos quadro**”, in Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos, AAFDL Editora, 2021, 4.ª Edição, Volume II, págs. 335 a 357, citado, nomeadamente, no Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 23/11/2023 (Relator Paula Ferreirinha Loureiro), disponível em www.dgsi.pt

63. “**A transmissão de relações laborais por efeito próprio da adjudicação e celebração de um contrato administrativo: quatro dúvidas essenciais**”, in Revista de Contratos Públicos, n.º 27, págs. 5 a 46 (em co-autoria com Tiago Leote Cravo)

64 “**Princípios constitucionais em matéria de trabalho em funções públicas**”, in Direito Administrativo Social (E-book do Centro de Estudos Judiciários – CEJ), págs. 115 a 132, disponível em https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=znm_8jh5k1o%3d&portalid=30

65. “**Garantias dos créditos da Segurança Social**”, in Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - Anotado e Comentado, págs. 628 a 639, Almedina (2022)

66. Co-coordenador da obra “**Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - Anotado e Comentado**”, Almedina (2022)

67. “**Acordos quadro**”, in Comentários à revisão do Código dos Contratos Públicos, AAFDL Editora, 2022, 5.ª Edição, Volume II, págs. 337 a 362

68. "**The Maritime Public Domain in Portuguese-speaking countries – exploring concepts, ownership regimes, trends and its use for protecting estuarine areas**" – Marco Antunes, Teresa Fidelis e Miguel Lucas Pires, 2022, disponível em https://econpapers.repec.org/article/gamijlawss/v_3a11_3ay_3a2022_3ai_3a2_3ap_3a34-3ad_3a790338.htm

69. "**Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas Anotada e Comentada**", 5.ª Edição (Revista e Atualizada), Almedina, 2023, 715 págs.

70. "**Medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas**", in O Municipal, n.º 438, págs. 4 e 5

71. "**Âmbito de aplicação do regime do emprego público e sua evolução face ao direito laboral privado**", in Revista de Direito Administrativo, número especial #4 (agosto de 2023), pág.

72. Prefácio do livro "**O serviço público na óptica do cidadão**", Edição do Instituto Nacional de Administração (INA), 2010

73. Prefácio do livro "**Manual do Emprego Público**", de Filipa Matias Magalhães e Maria Leitão Pereira, Vida Económica, 2015

X – Intervenções na comunicação social

1. Consultado, na qualidade de especialista, pelo Diário Económico, no âmbito de assuntos respeitantes ao emprego público

1.1 Citação nas edições de 30/8/2013, de 27/11/2013, de 11/6/2014, de 19/6/2014 e de 4/7/2014

1.2 Entrevista na edição de 21/4/2014

2. Entrevista ao Jornal on-line “A Batalha”, publicada na Edição do dia 6 de Maio de 2014

3. Entrevista ao programa televisivo “Contra Capa” do canal Económico TV, no dia 20 de Maio de 2014

4. Entrevista ao programa radiofónico “Em nome da Lei”, emitido na Rádio Renascença, no dia 21 de Junho de 2014

5. Entrevista ao Jornal de Negócios, publicada na Edição em papel e on line de 31 de Julho de 2014

6. Citações em artigo publicado da edição on line do Jornal Expresso de 1 de Agosto de 2014

7. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição online e em papel, de 18 de Setembro de 2014

8. Entrevista ao canal de televisão Porto Canal, emitida no dia 5 de Novembro de 2014

9. Citação em artigo publicado no Diário Económico, edição em papel e on line de 22 de Janeiro de 2015

10. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição em papel e on line de 23 de Março de 2015

11. Entrevista no programa “Sexta às 9”, da RTP 1, emitido no dia 19 de Junho de 2015

12. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição papel e on line de 25 de Junho de 2015

13. Entrevista no programa “Sexta às 9”, da RTP 1, emitido no dia 26 de Junho de 2015

14. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel do dia 28 de Julho de 2015

15. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel do dia 7 de Setembro de 2015

16. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, do dia 12 de Janeiro de 2016

17. Entrevista à Rádio Antena 1, com excertos reproduzidos em diversos serviços noticiosos do dia 12 de Janeiro de 2016

18. Participação no programa “As regras dos jogos”, emitido na BTV1, no dia 1 de Fevereiro de 2016

19. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, do dia 4 de Agosto de 2016

20. Entrevista emitida no programa “Sexta às nove”, emitido na RTP 1, no dia 9 de Setembro de 2016

21. Participação no programa “Sexta às onze”, emitido na RTP 3, no dia 9 de Setembro de 2016

22. Participação no programa “Sexta às nove”, emitido na RTP 1, no dia 20 de Janeiro de 2017

23. Participação no programa “Opinião Pública, emitido na Sic Notícias, no dia 6 de Março de 2017”

24. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, do dia 7 de Março de 2017

25. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, do dia 22 de Maio de 2017

26. Participação no programa “Sexta às nove”, emitido na RTP 1, no dia 2 de Junho de 2017

27. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, do dia 19 de Julho de 2017

28. Participação no programa “Sexta às nove”, emitido na RTP 1, no dia 8 de Setembro de 2017

29. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, do dia 28 de janeiro de 2019

30. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, do dia 6 de fevereiro de 2019

31. Citação em artigo publicado no Jornal de Notícias, edição on line e em papel, no dia 11 de fevereiro de 2019

32. Citação em artigo publicado no Jornal de Notícias, edição on line e em papel, no dia 4 de abril de 2019

33. Citação em artigo publicado no Jornal de Notícias, edição on line e em papel, no dia 19 de agosto de 2019

34. Citação em artigo publicado no Jornal de Notícias, edição on line e em papel, no dia 22 de agosto de 2019

35. Citação em artigo publicado no Jornal Público, edição on line, de 6 de maio de 2020

36. Artigo de opinião no Jornal Público de 30/9/2020 (em co-autoria com Karina Carvalho e Luís Pais Bernardo), disponível em <https://www.publico.pt/2020/09/30/opiniaopinia/exotismo-corrupcao-portugal-plano-imoral-governo-gastar-massa-1933307>

37. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, de 9 de fevereiro de 2021

38. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel, de 6 de maio de 2021

39. Entrevista ao Jornal de Negócios (com chamada de capa), edição on line e em papel de 23 de agosto, disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/emprego/lei-laboral/detalhe/miguel-lucas-pires-a-contratacao-a-termo-e-menos-favoravel-no-estado>

40. Entrevista à Lusa, reproduzida no Jornal Observador do dia 22/11/2021, disponível em <https://observador.pt/2021/11/22/percentagem-de-funcionarios-publicos-com-mais-de-55-anos-subiu-de-16-para-307-numa-decada/>

41. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, (com chamada de capa), edição on line e em papel do dia 1/6/2021, disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/funcao-publica/detalhe/carreiras-gerais-sem-progressoes-este-ano>

42. Citação em artigo publicado no Jornal Público, edição on line e em papel do dia 13/6/2022, disponível em <https://www.publico.pt/2022/06/13/sociedade/noticia/problema-nao-so-procuramse-solucoes-envelhecimento-funcao-publica-2008844>

43. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel do dia 21/12/2022, disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/funcao-publica/detalhe/governo-muda-regra-estrutural-sobre-aumentos-na-funcao-publica>

44. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel do dia 17/4/2023, disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/funcao-publica/detalhe/novas-regras-de-teletrabalho-tambem-se-aplicam-a-funcao-publica>

45. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel do dia 4/5/2023, disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/governo-nao-se-compromete-com-valor-fixo-a-pagar-em-teletrabalho>

45. Citação em artigo publicado no Jornal de Negócios, edição on line e em papel do dia 21/7/2023, disponível em <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/funcao-publica/detalhe/funcao-publica-proposta-do-governo-nao-incluiu-medida-chave-das-progressoes>

46. Participação na reportagem emitida no programa 360, da RTP3, no dia 30/8/2023 (disponível em <https://www.rtp.pt/play/p11154/e712774/360/1174159>)

47. Citação em artigo publicado no Público, edição on line e em papel do dia 9/12/2023, disponível em <https://www.publico.pt/2023/12/09/economia/noticia/costa-repos-direitos-funcao-publica-compra-ficou-recuperar-2073010>

XI - Outras qualificações

Certificado de aptidão de formador (CAP) emitido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional

Bolseiro do Programa Erasmus, na *Università degli studi di Bologna* (Itália), no último ano da licenciatura em Direito (1997-1998)

Conhecimentos de informática na óptica do utilizador

Carta de condução e viatura própria

Fluência da língua inglesa, atestada pela titularidade do *First Certificate in English* da Universidade de Oxford

Fluência da língua italiana, falada e escrita, atestada pela realização de um Curso de italiano aquando da frequência do programa Sócrates/Erasmus na *Università degli studi di Bologna*, e actualizada através da leitura de diversas obras no decurso da realização de trabalhos de investigação científica

Fluência da língua francesa, falada e escrita, assegurada pela frequência dos cursos da Aliance Française durante 5 anos, e actualizada através da leitura de diversas obras no decurso da realização de trabalhos de investigação científica

Conhecimentos básicos da língua alemã (5 anos no ensino secundário e um curso de 30 horas de alemão jurídico efectuado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no ano lectivo 2007/2008)

Conhecimentos básicos de língua espanhola, falada e escrita, resultantes da leitura de bibliografia para a realização de trabalhos de investigação científica

Índice

I – Dados pessoais

II – Áreas preferenciais de actividade

III – Habilitações literárias

IV – Atividade universitária

V – Formação, participação em conferências e em júris de concursos de pessoal

VI – Participação em associações, grupos de trabalho e projectos

VII - Arbitragem

VIII – Consultoria e advocacia

IX – Publicações

X - Intervenções na comunicação social

XI - Outras qualificações

Coimbra, 5 de fevereiro de 2024



(Miguel Lucas Pires)